



Ministério da Fazenda



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

**26. Remuneração paga aos Empregados****a) Remuneração mensal dos empregados** (em R\$ unitários)

	30.06.2017	30.06.2016
Menor Salário	2.317,10	2.145,46
Maior Salário	24.280,24	22.481,70
Salário médio	7.305,26	6.942,96

**27. Processo de gerenciamento de riscos**

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

A mensuração, monitoramento e controle das exposições ao risco são realizadas por equipe dedicada e segregada das áreas de negócios, de forma a manter autonomia e independência nas avaliações de riscos, sendo compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

**a) Risco de liquidez**

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

No encerramento do 1º semestre os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos e confortáveis, demonstrando suficiência de recursos para mitigar o risco de liquidez.

O Banco possui na carteira de Tesouraria alocações de recursos com elevada liquidez, títulos públicos e operações compromissadas, que mitigam o risco de liquidez.

Na gestão do risco de liquidez são utilizados a análise do fluxo de liquidez consolidado por vértice, Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

**b) Risco de crédito**

A Política de Risco de Crédito tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, atuando para que haja: melhoria da qualidade do crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade na análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica.

De modo a incorporar melhorias ao seu processo de gestão e à vista das diretrizes de Basileia e da Resolução Bacen nº 3.721/2009, a Instituição vem aprimorando os modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de riscos registradas no Banco, teste de relevância e *backtest* dos modelos. Ao final desse ciclo, os modelos de classificação e avaliação de risco dos clientes serão refinados, tornando-se cada vez mais acurados.

A implantação de solução customizada de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações, controlando a suficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para a redução do risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito, que teve seu escopo de projeto inicial ampliado para atender a necessidade quanto à vinculação de direitos creditórios (recebíveis) principalmente da área de Fomento.

**c) Risco de mercado**

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado diariamente, através de técnicas de estatística amplamente aceitas, para as diversas carteiras do Banco. As informações são geradas de forma sistematizada, importando e consolidando os dados extraídos de bases externas (Bacen, BM&F e ANBIMA) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA). Em 30 de junho de 2017, os limites de VaR calculados estavam em conformidade com o apetite a riscos definido na Política de Risco de Mercado, apresentando baixa exposição para este fator de risco.

**d) Risco operacional**

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional segue os preceitos da Resolução Bacen nº 3.380/2006 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*) e NBR 22301.

O Banco está atento às alterações regulamentares como a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que consolida e aperfeiçoa as regras existentes sobre a gestão de riscos e a gestão do capital em instituições financeiras. Essa norma também trouxe um significativo avanço na área da governança corporativa, com regras que alcançam a Diretoria e o Conselho de Administração. Neste sentido, o Banco está tomando todas as medidas para a construção de plano de ação para implementação/atendimento dos prazos fixados pela Resolução.

No que se refere às ações de Gestão de Continuidade de Negócios, o Banco atualizou a Análise de Impactos nos Negócios – BIA/AIN, que tem como objetivo identificar os processos que serão recuperados prioritariamente em caso de significativa interrupção e estabelecer o tempo adequado para recuperação por meio do monitoramento e aculturação do corpo colaborativo. Em mitigação ao risco operacional de descontinuidade, a Instituição possui um backup totalmente operacional desde 2014, também foi aprovado pela diretoria estudo técnico que viabilizará a implantação de ambientes operacionais alternativos para todos os processos de negócios elencados e mapeados na Análise de Impactos nos Negócios.

Quanto aos riscos de inconformidade, o Banco está se fortalecendo, por meio da ampliação do escopo de atuação da área de compliance, o que busca assegurar a perenidade da Instituição, com a utilização de mecanismos internos de prevenção e detecção de irregularidades.

**e) Gestão de capital**

O Banco Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

**f) Índice de Basileia (limite operacional)**

A Carta-Circular 3.748/2016 extinguiu a remessa ao Banco Central do documento 2071, ficando obrigatório o encaminhamento mensal do 2061 (informações de conglomerados prudenciais e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados).

O cálculo para apuração do PR é realizado de acordo com as regras da Resolução CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores e os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

**I. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)**

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.06.2017	30.06.2016
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.672.103</b>	<b>2.788.651</b>
<b>PR Nível I</b>	<b>2.672.103</b>	<b>2.788.651</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>2.672.103</b>	<b>2.788.651</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>17.142.663</b>	<b>16.124.179</b>
Risco de Crédito (RWA <sub>CPAD</sub> )	14.130.212	15.140.226
Risco de Mercado (RWA <sub>MPAD</sub> )	61.771	43.947
Risco Operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	2.950.680	940.006
<b>Requerimento Mínimo de Capital</b>	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido <sup>(1)</sup>	771.420	725.888
PR Nível I Mínimo Requerido <sup>(2)</sup>	1.028.560	967.451
PR Mínimo Requerido <sup>(3)</sup>	1.585.696	1.592.263
<b>Margem sobre os Requerimentos de Capital</b>	-	-
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	1.900.683	2.063.063
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.643.543	1.821.201
<b>Índice de Capital Principal (CP / RWA)</b>	<b>15,6%</b>	<b>17,3%</b>
<b>Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)</b>	<b>15,6%</b>	<b>17,3%</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>15,6%</b>	<b>17,3%</b>

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Corresponde à aplicação do fator "F" (PR 9,875% + ACP 0,625%) ao montante de RWA.

**28. Análise de sensibilidade**

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizado rotineiramente, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários, verificando-se primeiramente os resultados de VaR no cenário normal de mercado, em seguida é verificado um cenário em condições de estresse de 25% dos indicadores utilizados para projeção de VaR e por último, utiliza-se um estresse de 50%. No cálculo do estresse são utilizados como parâmetros de referência a cotação do dólar e da taxa de juros DI/dia. O Sistema de Risco de Mercado está parametrizado para atribuir o mesmo nível de estresse (choque paralelo) aos demais fatores de risco que compõem o modelo.